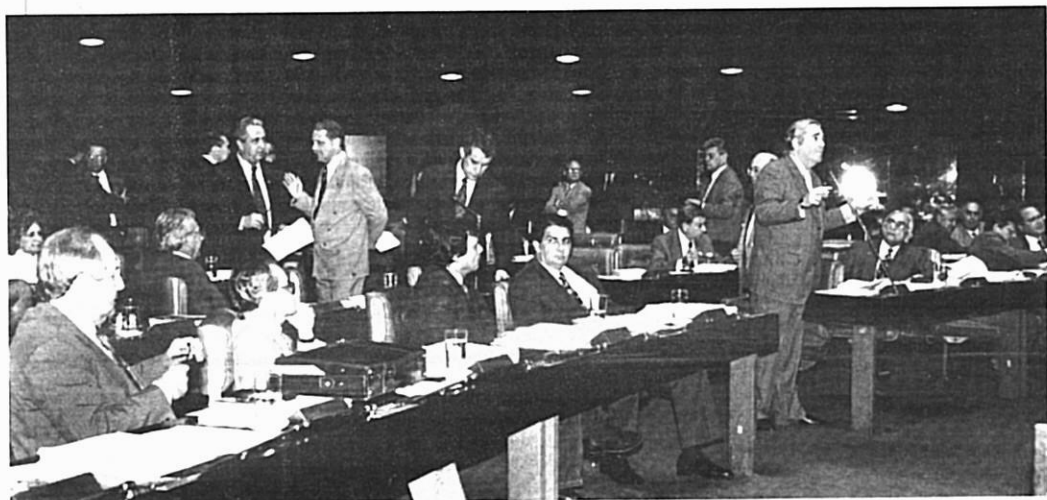


Decisão unânime proíbe a intermediação de verbas

Projeto de Eduardo Suplicy estabelece que quem autorizar pagamento por esse tipo de "assessoria" será processado por improbidade administrativa. Senador lembra que empresa cobra até 30 por cento para liberar recursos públicos



Um plenário lotado aprovou ontem, entre outras propostas, o projeto que proíbe a intermediação de verbas públicas

Pela unanimidade dos 72 senadores presentes, o plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei complementar que proíbe qualquer órgão público, incluindo empresas e fundações, de contratar empresa ou pessoa para "assessorar" ou intermediar a liberação de verbas públicas. Quem autorizar esse tipo de pagamento poderá ser processado por improbidade administrativa.

O projeto original é de autoria de Eduardo Suplicy, tendo recebido substitutivo de José Fogaça na CCJ. O projeto ainda será submetido a votação suplementar, antes de seguir para a Câmara dos Deputados. **Página 2**

Conselho dará vez a idosos



A CAS aprovou projeto de Valmir Campelo que determina a criação de conselhos de idosos nos municípios. Seus membros terão mais de 60 anos e devem ser ouvidos sobre decisões administrativas. **Página 6**

CCJ anula mudança no relatório final da CPI dos Precatórios

A CCJ (foto abaixo) aprovou ontem, por unanimidade, parecer do senador Josaphat Marinho considerando válido o relatório apresentado no dia 22 de julho pelo senador Roberto Requião à CPI dos Precatórios. O relatório deverá ser ainda submetido ao plenário do Senado. **Páginas 4 e 5**



Aprovada rolagem de dívidas

Autorização foi dada a três estados: RS, MT e MG. **Pág. 2**

Comitê para gerir rio São Francisco

Projeto que cria comitê de gestão dos recursos hídricos do São Francisco foi aprovado pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. **Pág. 5**

Proposta de Eduardo Suplicy que objetiva moralizar liberação de verbas públicas é acolhida por unanimidade

Senado aprova projeto que proíbe intermediação

O plenário aprovou ontem, por unanimidade dos 72 senadores presentes, projeto de lei complementar que proíbe qualquer órgão público federal, estadual e municipal, incluindo empresas e fundações, de contratar qualquer empresa ou pessoa para "assessorar" ou intermediar a liberação de verbas públicas. O administrador que autorizar esse tipo de pagamento poderá ser processado por improbidade administrativa.

O projeto original foi apresentado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o relator, senador José Fogaça (PMDB-RS), propôs um substitutivo, alterando a proposta de projeto de lei ordinária para projeto de lei complementar. Conforme Fogaça, a Constituição determina que qualquer norma de gestão financeira e patrimonial das administrações deve ser feita por lei complementar, que exi-



Suplicy quer evitar a ação dos intermediários de verbas

ge aprovação da metade de todos os senadores. O projeto ainda terá uma votação suplementar, sendo encaminhado depois à Câmara dos Deputados.

Ao justificar o projeto, o senador Eduardo Suplicy afirmou que recentemente o Senado tomou conhecimento de um contrato-padrão de uma empresa de "assessoria" para liberação de verbas federais, pelo qual ela ficaria com 30% do dinheiro obtido para qualquer município ou governo estadual.

Para o senador José Fogaça, as empresas de intermediação abrem caminho para atos de corrupção, pois costumam pagar propinas a funcionários públicos para que eles ajudem a liberar verbas de orçamentos. Na semana passada, o Senado promoveu uma teleconferência, vista em 112 auditórios, em quase todos os estados, onde um especialista ensinou a milhares de prefeitos, vereadores e funcionários de legislativos os caminhos para se conseguir a liberação de verbas orçamentárias sem intermediação.

Três estados obtêm autorização para rolar suas dívidas

Os governos dos estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Minas Gerais foram autorizados pelo Senado, ontem, a elevar temporariamente sua capacidade de endividamento para emitir letras financeiras dos respectivos tesouros, destinadas a rolar as dívidas mobiliárias estaduais vencíveis no segundo semestre de 1997.

O estado de Alagoas, por sua vez, foi autorizado pelo plenário a firmar, com a Caixa Econômica Federal, o 3º Termo Aditivo de Rerratificação de convênio realiza-

do no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados. Os recursos do convênio serão destinados a dar prosseguimento ao Programa de Desligamento Voluntário (PDV) de funcionários públicos.

O plenário do Senado aprovou, ainda, projeto de decreto legislativo sobre a programação monetária relativa ao terceiro trimestre de 1997, enviada pelo Executivo ao Congresso. O projeto será agora submetido à deliberação da Câmara dos Deputados.

Plenário acolhe novos embaixadores

O plenário aprovou ontem mensagens do presidente da República indicando novos embaixadores brasileiros em dois países. Luciano Ozorio

Rosa será o representante do Brasil junto à República da Hungria e Bassul Athuil Netto irá para a Embaixada na República dos Camarões.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

9h - Participa do Fórum de Debates da Adesg - "O Estado Democrático Moderno". Auditório da Embraetel - SCS Qd. 05 Bl. E

12h45 - Participa do Fórum Nacional da Construção Pesada (reunião-almoço). Bonaparte Hotel de Brasília (Salões ouro e prata)

15h30 - Preside Sessão Deliberativa do Senado Federal

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Terceiro dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 19/96, que dispõe sobre os benefícios fiscais referentes ao ICMS, da "PEC nº 33/96 (tramitando em conjunto com a PEC nº 14/96), que modifica o sistema de Previdência Social, e estabelece normas de transição, e da "PEC nº 14/96 (tramitando em conjunto com a PEC nº 33/96), que modifica o sistema de Previdência Social instituindo o regime básico unificado, dispõe sobre regime complementar público e privado, e estabelece normas de transição no ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

COMISSÕES

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação do "Ofício "S" nº 53/97 (não terminativo), que encaminha ao Senado Federal solicitação do governo do estado do Rio Grande do Sul para emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - LFTRS, cujos recursos serão destinados ao pagamento da 8ª parcela e correção monetária da 6ª e 7ª parcelas de precatórios judiciais; "PLS nº 212/95 (terminati-

vo), que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 anos; "PLS nº 46/96-Complementar (não terminativo), que autoriza o Banco do Brasil a vender parte das reservas internacionais e os bancos brasileiros a realizarem empréstimos em moeda estrangeira; "PLS nº 122/96 (terminativo), que dispõe sobre a compensação do imposto sobre a Propriedade Territorial Rural pago em excesso com impostos federais; "PLS nº 313/95 (terminativo), que regulamenta o uso da língua vernacula, para denominações de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços e dos seus produtos e dos respectivos manuais de instruções, guias de informações, mapas, cartas, folhetos, letreiros, painéis e toda e qualquer modalidade de informação destinada ao consumidor brasileiro; e "PLS nº 30/96 (terminativo), que dispõe sobre a aplicação das reservas cambiais. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "Senador Jader Barbalho, requerendo nos termos do art. 50, caput, e art. 144, parágrafo 6º, da Constituição federal, combinado com os arts. 397, I, e 103 do Regimento Interno, seja convocado, em caráter de urgência, o ministro da Justiça, Iris Rezende, e o ministro-chefe da Casa Militar da Presidência da República, general Alberto Mendes Cardoso, para comparecerem perante o plenário da comissão a fim de apresentarem exposição sobre os problemas decorrentes da mobilização das polícias militares.

10h - Comissão de Educação

Pauta: Eleição do vice-presidente da comissão. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júlia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Hollanda - Marluco Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carneiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djaiba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Jane Araújo e Roosevelt Pinheiro

Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado

Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211

Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Emendas apresentadas no segundo dia chegam a 14

Mais 14 emendas foram apresentadas à reforma da Previdência, no seu segundo dia de discussão em plenário. A proposta poderá receber emendas até a segunda-feira, último dia para discussão, em primeiro turno.

Apresentaram emendas os senadores Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), Regina Assunção (PTB-MG), José Eduardo Dutra (PT-SE), Lucídio Portella (PPB-PI), Jefferson Neves (PSDB-AM), Júnia Marise (PDT-MG) e Eduardo Suplicy (PT-SP). Dutra propôs cinco emendas, Ronaldo Cunha Lima três e Júnia Marise duas.

José Eduardo Dutra pretende, entre outras iniciativas, es-

tabelecer que os limites máximos de contribuição e de benefícios para o regime geral de Previdência sejam equivalentes a dez vezes o piso de benefícios da Previdência Social. Com isso, explica o senador, será possível superar os entraves jurídicos, porque, se o limite for fixado em salários mínimos, será derrubado, por ser inconstitucional. Para ele, é preciso estabelecer um teto (que hoje ficaria em R\$ 1.200,00, pois o piso é de R\$ 120,00) para que "não se onere em demasia o contribuinte e não haja um achatamento dos benefícios".

Já o senador Ronaldo Cunha

Lima propôs que os servidores aposentados por invalidez (mesmo com proventos acima do limite da Previdência, que deverá ficar em R\$ 1.200,00) fiquem isentos de contribuição. O subs-

Senadores continuam preocupados em salvaguardar direitos de quem contribui e poderá sofrer no futuro por defasagem ou nova contribuição

titutivo do senador Beni Veras (PSDB-CE) isenta dessa contribuição apenas quem se aposentar ganhando abaixo do teto previdenciário. Ronaldo beneficia o aposentado por invalidez, "porque não há no país programas eficientes para auxiliar ou readaptar deficientes".

Rocha diz que modelo é contra assalariado

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) disse ontem que o substitutivo do senador Beni Veras (PSDB-CE) à proposta de emenda constitucional que altera a Previdência Social não é o ideal para o país. "O que realmente o governo pretende é destruir a previdência pública, para estabelecer a previdência privada nas mãos dos grandes bancos e instituições financeiras", afirmou.

Na sua opinião, a essência da proposta do governo está



Rocha: só receberá quem pagar

na substituição do conceito de seguridade social da Constituição de 1988, no qual a sociedade, coletivamente, se res-

pensabiliza pela perda de capacidade de trabalho.

O governo entendeu que só receberá o benefício quem pagar. É a concepção de que cabe ao indivíduo, e tão somente a ele, a sua sustentação em períodos de infortúnio e velhice - salientou.

Sebastião Rocha criticou a mudança do tempo de serviço pelo tempo de contribuição. Para ele, os assalariados, principalmente os de baixa qualificação, serão os mais prejudicados com a substituição.

Valadares: lei ordinária vence a Constituição

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) lamentou que o governo esteja jogando para lei ordinária vários pontos que atualmente constam da Constituição. "O objetivo é diminuir as vantagens de servidores e aposentados por lei ordinária, que é muito mais fácil do que mudar a Constituição", disse.

Valadares discordou da intenção de reduzir o valor das pensões, após a morte do servidor. Conforme o senador, a reforma já cortará até 30% do



Valadares: caminho mais fácil

salário de servidor que se aposentar com mais de R\$ 1.200,00 por mês. "E se o aposentado morrer, seus pensio-

nistas terão o benefício cortado mais ainda."

É intenção de Valadares apresentar destaque para derrubar em plenário a emenda que torna a CPMF permanente, destinando os recursos à Previdência. Ele foi o autor da proposta de emenda constitucional que criou a CPMF, vinculando o dinheiro à área de saúde.

"O governo não cumpriu a promessa de destinar esses recursos à saúde", assinalou o senador.



DELEGAÇÃO VISITA RONALDO

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) recebeu ontem delegação de parlamentares da Guiné-Bissau, tendo à frente o vice-presidente da Assembléia Nacional Popular, Salvador Tchongo.

Antonio Carlos pede e Comissão de Educação elege vice-presidente

A pedido do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, a Comissão de Educação se reúne hoje para eleger seu vice-presidente, pois o presidente, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), está doente. Coube ao senador Laurício Campos (PT-DF) convocar a reunião.

Na sessão de ontem do plenário, o senador Levy Dias (PPB-MS) informou que o PFL

ainda não indicou três senadores para a comissão. O líder do PFL, Hugo Napoleão (PI), disse que fará as indicações e lembrou que o PMDB também não indicou o vice-presidente.

Antonio Carlos Magalhães ponderou aos líderes, durante a sessão, que a Comissão de Educação tem de se reunir, "pois tem projetos para apreciar".

Betinho será lembrado na Hora do Expediente de hoje

A primeira hora da sessão do Senado de hoje será dedicada a homenagear o sociólogo Herbert de Souza, morto sábado, segundo requerimento apresentado pela senadora Benedita da Silva (PT-RJ).

A requerimento do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), os discursos da primeira hora da sessão do próximo dia 20 serão de homenagem ao Dia do Maçom. Já os discursos ini-

ciais do dia 16 de outubro dedicam-se ao Dia Mundial da Alimentação, por requerimento do senador Osmar Dias (PSDB-PR).

O plenário também aprovou requerimento do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) pedindo licença por 120 dias para assuntos particulares. Em seu lugar, assumirá, no próximo dia 19, o suplente Albino Boaventura.

Comissão decide se ouvirá ministros sobre crise na PM

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), reúne-se hoje, às 10h, para deliberar sobre requerimento do senador Jäder Barbalho (PMDB-PA) convocando, em caráter de

urgência, o ministro da Justiça, Iris Rezende, e o ministro-chefe da Casa Militar, general Alberto Cardoso, para que apresentem exposição sobre as conseqüências da mobilização das polícias militares.

PRECATÓRIOS



Comissão restaura a validade e a eficácia da primeira decisão da CPI e considera ilegítima e insubsistente a segunda decisão, tomada no dia 23 de julho, que pretendia modificar o texto

CCJ anula alterações no relatório final

Por unanimidade de votos, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer do senador Josaphat Marinho (PFL-BA) considerando válido o relatório apresentado no dia 22 de julho pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR) à CPI dos Precatórios. O parecer ressalva os votos em separado, que serão apenas anexados ao trabalho do relator.

Isso significa que a CCJ restaura a validade e a eficácia da primeira decisão da CPI e considera ilegítima e insubsistente a segunda decisão, tomada no dia 23 de julho, que pretendia modificar o texto de Requião a partir dos votos em separado.

O senador Josaphat Marinho esclareceu o que deverá ser feito pela Comissão Parlamentar de Inquérito: "Ela terá 48 horas para cumprir o

que aqui se estabeleceu. Para formalizar que foi aprovado o relatório do senador Requião, com as modificações feitas pelo relator, com as ressalvas dos votos em separado que serão anexados. Não há nada que leve a cogitar um novo relatório. As 48 horas são concedidas para que a CPI proclame o resultado. Ela não poderá reabrir a discussão nem inovar". Josaphat disse que o relatório da CPI e suas conclusões terão de ser votados pelo plenário.

A decisão da CCJ foi adotada em recurso encaminhado pelo vice-presidente da CPI, senador Geraldo Melo (PSDB-RN), pelo PT e pelo PMDB contra a segunda decisão da Comissão Parlamentar de Inquérito, que admitia os votos em separado em forma de modificações que alterariam parcialmente o relatório de Requião.



Os senadores integrantes da Comissão de Justiça tomaram a decisão por unanimidade de votos

Relator baseou-se no Regimento

O principal argumento utilizado pelo senador Josaphat Marinho (PFL-BA) para manter sem alterações o relatório apresentado pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR) à CPI dos Precatórios foi o de que prevalece sempre, no Regimento Interno do Senado, "em forma de procedimento simétrico, a diretriz de impedir a reabertura de discussão ou deliberação sobre assunto já decidido".

É o modo impessoal de conferir certeza aos atos decisórios do Senado - acentuou.

Josaphat Marinho destacou que o Regimento proíbe o senador de falar sobre resultado de deliberação definitiva do plenário, salvo em explicação pessoal; estabelece que o presidente, de ofício ou mediante consulta de qualquer senador, declarará prejudicada matéria dependente de deliberação do Senado em virtude de seu julgamento pelo plenário em outra deliberação; e estipula que nenhum senador poderá falar, na mesma sessão, sobre questão de ordem já resolvida pela presidência.

- Por identidade de situação, e por não haver preceito distinto, esse procedimento se aplica, logicamente, às comissões criadas. Se no plenário da Casa, que é o órgão maior, a Mesa e os senadores se submetem a essa norma, também a ela hão de ser obedientes as comissões - disse ele.

O relator salientou que, de acordo com as atas das reuniões da CPI, não houve recurso contra a decisão de aprovar o relatório de Requião e de a ele anexar os votos em separado. Isso torna inalterável a decisão, segundo Josaphat Marinho.

- Tanto mais se há de aplicar ou seguir o procedimento comum exposto, em caso como o examinado. Tratando-

se de comissão parlamentar de inquérito, destinada a apurar irregularidades administrativas e negociais de extrema gravidade, o órgão e seus componentes estarão dobradamente resguardados, na medida em que forem observadas as práticas reiteradamente seguidas. Se, porventura, fosse possível alterá-las, sem mudar as normas regimentais, não seria oportuno fazê-lo - observou.

Ele acrescentou que, no encerramento dos trabalhos da CPI, "o que convém, e a opinião pública espera, é a proclamação da verdade apurada, com adoção ou indicação das providências cabíveis, de sorte que erros não se repitam, responsabilidades sejam definidas e, se pertinentes, sanções aplicadas".

Para Josaphat Marinho, a primeira decisão configurou matéria vencida e representativa do julgamento da CPI. "A segunda decisão, portanto, desrespeitando o que foi definitivamente assentado, é ilegítima e insubsistente", afirmou.

ACM envia decisão à Comissão de Inquérito

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, informou ontem que enviará à Comissão Parlamentar de Inquérito dos Precatórios a decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre o resultado final dos trabalhos da CPI, porque não há motivo para levar o assunto ao plenário da Casa.

O senador disse também que determinará a reabertura dos prazos da CPI, para que esta finalize tudo em 48 horas. Embora tenha-se escusado de fazer comentários sobre o mérito da decisão tomada pela CCJ, Antonio Carlos Magalhães ressaltou que o relator, Josaphat



Antonio Carlos: elogios ao relator

Marinho, "é um homem ilustre e um jurista competente".

Antonio Carlos Magalhães ressaltou que os votos em separado que foram dados na comissão acompanham o relatório do senador Roberto Requião, "como peças também do trabalho da CPI".



Josaphat: matéria vencida

PRECATÓRIOS



Senadores sugeriram o reexame das normas sobre o funcionamento das comissões de inquérito

Decisão foi precedida de prolongado debate

O primeiro senador a debater o relatório de Josaphat Marinho, na reunião de ontem da Comissão de Justiça, foi Ney Suassuna (PMDB-PB), que defendeu a necessidade de a CCJ criar uma subcomissão destinada a definir os procedimentos a serem adotados pelas futuras Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs).

- Tivemos uma série de más definições, de falta de esclarecimentos, e tudo isso levou a uma balbúrdia - afirmou.

Josaphat concordou com a necessidade de elaboração de "uma nova disciplina" para as CPIs, e o presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), disse que o próprio Josaphat deverá ser o relator da indicação do senador Jäder Barbalho (PMDB-PA) que visa a uma definição sobre a matéria.

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) declarou que uma resolução sobre o funcionamento das CPIs é tão importante quanto a que trata da Comissão Mista de Orçamento.

Por sua vez, o senador Jef-

erson Pêres (PSDB-AM) sustentou que a CCJ não tinha competência para decidir sobre o recurso interposto pelo senador Geraldo Melo, pelo PT e pelo PMDB, podendo apenas opinar. O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) defendeu a necessidade de o plenário deliberar sobre o entendimento da Comissão de Justiça.

Os senadores Ramez Tebet

Josaphat garante que buscou exprimir a média do pensamento da Casa e a inspiração da maioria dos senadores em relação à CPI

(PMDB-MS), Levy Dias (PPB-MS) e Francelino Pereira (PFL-MG) destacaram o trabalho que a CPI dos Precatórios desenvolveu em favor do Brasil. Na mesma linha, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) referiu-se ao fechamento de bancos como resultado positivo das investigações promovidas pela comissão, enquanto o senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) afirmou que era delicada a questão envolvendo o confronto entre o re-

lator e os demais membros da CPI.

Os senadores Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Gilberto Miranda (PFL-AM) trataram da questão da forma como foram apreciados os votos em separado. O líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), lembrou que o relatório e as conclusões da CPI irão a plenário, que poderá apreciar tudo isso e ainda os votos em separado.

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) agradeceu ao presidente da CCJ a designação do senador Josaphat para relator do recurso, e o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que Cabral, com tal designação, assegurou o fortalecimento do Senado. Por sua vez, a senadora Emília Fernandes (RS) elogiou a ética e a seriedade de Josaphat Marinho.

No final do debate, Josaphat Marinho disse que buscou tentar exprimir o que lhe parecia ser a média do pensamento da Casa e a inspiração de todos em relação à CPI.

Vale do São Francisco terá comitê de gestão

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), aprovou ontem, em caráter terminativo, substitutivo do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) a projeto de lei de iniciativa da Comissão Especial Temporária do Senado sobre o Vale do São Francisco, criando o Comitê de Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

A comissão aprovou também indicação do senador José Agripino (PFL-RN) solicitando que sejam realizados estu-

dos sobre a instalação do sistema de transmissão Venezuela-Brasil, com uso da energia gerada pela hidrelétrica de Guri, no suprimento de Boa Vista e Manaus.

Ainda ontem, a CI aprovou requerimento dos senadores Romero Jucá (PFL-RR) e Mauro Miranda convidando o ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito, para audiência pública, a fim de discutir sobre a matriz energética brasileira, apresentando as soluções que serão implementadas nas regiões amazônica e Centro-Oeste.

Hidrovia reduz despesas com fretes, diz Bezerra

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) informou ontem que, com a decisão do governo de retomar o projeto de construção da Hidrovia Paraguai-Paraná, a partir de 1998 poderão ser transportadas "pelo menos 12 mil toneladas de trigo argentino para as empresas de beneficiamento que estão se instalando em Cuiabá, visando à produção de farinha, ração e massas alimentícias, destinadas ao mercado interno e à exportação".



Bezerra: integração

O projeto, segundo o senador, é fundamental para a consolidação da unidade latino-americana, particularmente dos países da Bacia do Prata - Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia. Amparada em mecanismos de proteção ao meio ambiente, a hidrovia garantirá a redução das despesas de frete, acelerará a competitividade dos produtos regionais e dinamizará a economia dos citados países, disse.



Senadores consideram regras sobre CPI tão importantes quanto as relativas à Comissão de Orçamento

Beni Veras destaca papel do Banco do Nordeste

O senador Beni Veras (PSDB-CE) afirmou ontem que, ao comemorar 45 anos, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) promoveu importantes mudanças na sua estrutura e está cumprindo fielmente seu papel de banco de desenvolvimento.

Em 1997, o BNB fechou o balanço líquido do primeiro semestre com lucro líquido



Beni Veras: economia regional

de R\$ 26,6 milhões, registrando um crescimento de 55% em relação a igual período de 1996. Mais importante que o lucro, na opinião do senador, foi a injeção de recursos na economia regional, da ordem de R\$ 1,1 bilhão em apenas seis meses.



A criação de conselhos foi acatada na reunião de ontem da CAS, em caráter terminativo. Não havendo recursos, o projeto irá para a Câmara

Toda cidade manterá seu colegiado de cidadãos com mais de 60 anos, que opinarão sobre os assuntos administrativos e disporão de ambulatório geriátrico

Conselho valoriza experiência de idosos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), aprovou em caráter terminativo, ontem, projeto do senador Valmir Campelo (PTB-DF) que determina a criação de um conselho de idosos em todos os municípios brasileiros.

Conforme a proposição, o Conselho Municipal do Idoso será integrado por representantes da sociedade civil com idade superior a 60 anos, que deverão ser ouvidos na tomada de decisões administrati-

vas. A matéria vai agora à deliberação na Câmara, se não houver recurso para votação no plenário do Senado.

O projeto foi relatado favoravelmente pelo senador Romero Jucá (PFL-RR), para quem "é imprescindível que a sociedade brasileira crie mecanismos para manter os idosos integrados ao seu meio, utilizando sua experiência, seu bom senso, sua energia e criatividade".

Além da criação do conselho, o projeto de Valmir Campelo estabelece que o Sistema Úni-

co de Saúde deverá manter ambulatórios geriátricos nos municípios com menos de 10 mil habitantes. No caso de municípios entre 10 mil e 100 mil habitantes, o SUS deverá garantir a manutenção de unidades móveis de atendimento domiciliar. Tratando-se de municípios com mais de 100 mil habitantes, o Sistema Único de Saúde deverá manter uma unidade de geriatria em cada hospital existente em sua sede, prevê a proposição.

Como foi apreciado em caráter terminativo, o projeto irá di-

retamente à Câmara dos Deputados, se não for apresentado recurso para sua votação pelo plenário do Senado.

SEGURO-SAÚDE

O projeto de lei que regula a seguridade os seguros-saúde, de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), foi retirado da pauta de votações de ontem pelo seu relator, senador Valmir Campelo. Ele argumentou que são necessários alguns subsídios do Ministério da Saúde, relativos ao assunto, para concluir o parecer sobre a matéria.

Congresso acompanhará FGTS

As decisões do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço que alterem critérios de distribuição dos recursos do FGTS aos estados e municípios deverão ser apreciadas pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado e pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara.

Essa obrigatoriedade é o que determina projeto de lei de autoria do senador João Rocha (PFL-TO), aprovado ontem em caráter terminativo pela CAS, presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA). A matéria, relatada pelo senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), vai agora à deliberação

da Câmara, se não houver recurso para sua votação pelo plenário do Senado.

- Embora o Congresso Nacional tenha delegado certas atribuições ao Conselho Curador para decidir sobre a alocação de recursos do FGTS, é importante que sejam submetidas ao Congresso as decisões que visem alterar os critérios de distribuição dos recursos do FGTS aos estados e municípios - disse o relator.

A CAS também aprovou terminativamente projeto do senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) que, conforme o relator, senador Carlos Wilson (PSDB-PE), dota o Conselho Curador do FGTS de "princi-

pios claros e concretos que servirão de instrumentos para a fixação de diretrizes e estabelecimento de critérios técnicos para a distribuição de recursos do fundo".

A proposição estabelece que nas operações de crédito com recursos do FGTS, por meio da Caixa Econômica Federal e demais entidades credenciadas, deverão ser observados, entre outros requisitos, a garantia real; atualização monetária igual à das contas vinculadas; taxa de juros média mínima, por projeto, de 3% ao ano; prazo máximo de 25 anos; e análise de impacto ambiental, quando for o caso.

Participação de trabalhador tem quatro emendas

A Comissão de Assuntos Sociais acolheu, também na reunião de ontem, parecer favorável do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) a quatro emendas apresentadas em plenário pela senadora Benedita da Silva (PT-RJ) ao projeto de autoria do senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) que regulamenta a participação dos trabalhadores na gestão das empresas. O parecer também incorporou, parcialmente, outra emenda de plenário, de iniciativa do senador José Bianco (PFL-RO).

Uma das emendas de autoria da senadora visa assegurar aos representantes dos trabalhadores na gestão da empresa garantia de emprego, desde o registro da candidatura até um ano após o final do mandato, em caso de eleição, e de seis meses para os não eleitos.

As outras três emendas de iniciativa de Benedita da Silva objetivam, respectivamente, tornar obrigatória a participação dos sindicatos nos acordos coletivos; permitir a participação de um número maior de representantes dos trabalhadores na gestão; e suprimir inconstitucionalidade no texto do projeto.

Aproveitando parcialmente emenda de José Bianco, o parecer de Casildo Maldaner incorporou ao texto da proposição a obrigatoriedade de as empresas fornecerem aos representantes dos empregados as informações por eles requeridas, desde que não protegidas por sigilo fiscal, bancário ou empresarial. O projeto irá agora à deliberação do plenário.

DEFICIENTE

A CAS aprovou também parecer contrário do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) a substitutivo oferecido pela Câmara a projeto de autoria do então senador Francisco Rollemberg, apresentado em 1991, que trata da integração social da pessoa portadora de deficiência física. Com isso, fica mantido o texto do projeto da Casa.



João Rocha: recursos sob vigilância



Waldeck: distribuição racionalizada



Jonas Pinheiro: compensação

Jonas dá apoio a subsídio para seringueiros

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) congratulou ontem o governo federal e o Congresso Nacional pela aprovação do projeto de lei que determina a concessão de subvenção econômica aos produtores de borracha nacional.

Jonas Pinheiro explicou que agora os produtores nacionais de borracha terão um subsídio de R\$ 0,90 por quilo de borracha natural produzida em qualquer região do país. De acordo com o senador, essa medida compensará os seringueiros, que vêm enfrentando a forte concorrência de produtos oriundos do Sudeste Asiático.

Para o senador, a medida é importante mecanismo de sustentação dos produtores nacionais de borracha natural.

Ademir defende refinaria de petróleo no Pará

O senador Ademir Andra-de (PSB-PA) defendeu ontem a implantação de uma política de desenvolvimento para o país que leve em conta a reestruturação da base produtiva nacional. Essa providência é imprescindível, a seu ver, para os estados que fazem parte da região amazônica, "tratada somente como mera fornecedora de matérias-primas semi-elaboradas".

Ele disse que a implantação de uma refinaria de petróleo na região Norte, de preferência no Pará, estará entre os assuntos que deverão ser debatidos no seminário que a Comissão Especial para o Desenvolvimento da Amazônia realizará nos próximos dias 25 e 26, no auditório da Sudam, em Belém.

Senador lamenta a ausência de informações que permitam avaliar o "efeito distributivo" das políticas públicas no Brasil

Coutinho critica falta de dados sobre investimentos regionais

Relator na Comissão Mista de Orçamento da avaliação do governo sobre a execução do Plano Plurianual (PPA) em 1996, o senador Coutinho Jorge (PSDB-PA) criticou ontem a ausência de dados relativos à regionalização das metas físicas e financeiras executadas.

Para o senador, a regionalização das metas do PPA é que permite avaliar o efeito distributivo das políticas públicas. A falta des-

se critério no relatório do governo torna "completamente sem sentido" o que foi aprovado.

De qualquer forma, acrescentou, o próprio relatório do governo demonstra que, do total de R\$ 98,6 bilhões programados para 1996, foram gastos efetivamente R\$ 84 bi-

lhões. Como o governo "não apresenta nenhuma razão" para justificar por que o valor

programado não foi 100% executado, o senador considerou que é possível concluir "que simplesmente deixaram de ser aplicados R\$ 1,5 bilhão em infra-estrutura, R\$ 9,2 bilhões em desenvolvimento social e R\$ 3,9 bilhões nas demais áreas".

Coutinho Jorge salientou que, de um total de 656 metas constantes do PPA ao longo dos últimos anos, "cerca de 383, ou 58,3%, ou não foram aferidas, ou não foram executadas, ou foram executadas abaixo do mínimo desejável de 25%, o que é um registro sofrível".



Coutinho faz avaliação

Carlos Wilson: FHC foi receptivo às demandas de Pernambuco

O senador Carlos Wilson (PSDB-PE), ao relatar audiência concedida a ele e ao deputado Luiz Piauhyllino pelo presidente da República, disse que Fernando Henrique Cardoso demonstrou conhecimento das necessidades de investimento de Pernambuco e se comprometeu a concretizar antigos projetos do estado.

Entre os mais urgentes, Carlos Wilson destacou a recuperação e implantação de novos trechos ferroviários, sobretudo

do os que compõem a ligação norte-sul da Ferrovia Transnordestina.

Pernambuco, observou, "tem especial interesse na articulação do sistema ferroviário regional, com prioridade para as ligações Petrolina-Salgueiro-Ingazeiras". Além disso, o governo pernambucano pretende "implantar terminais in-



Wilson: projetos antigos

termodais de carga, centrais de frete, dinamizando o uso do porto fluvial de Petrolina, bem como do porto marítimo de Suape, alcançando o Mercosul e mercados internacionais".

Segundo o senador, o presidente da República mostrou interesse em definir um cronograma realista e em reiniciar "a mais antiga obra paralisada do Brasil, que é a Ferrovia Transnordestina".

Benedita da Silva destaca papel da comunicação social do Senado

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) elogiou ontem as medidas adotadas pela Secretaria de Comunicação Social do Senado para aperfeiçoar a imagem da instituição e divulgar o trabalho parlamentar junto à população.

Na opinião de Benedita, em serviços como a Agência Senado, Central de Vídeo, Congresso Hoje, *Jornal do Senado*, Senado



Benedita elogia Bial

em Linha Direta, TV Senado, *Voz do Brasil* e outros, a Secretaria de Comunicação Social presta um valioso trabalho para ampliar junto ao povo a visibilidade da instituição.

No mesmo discurso, Benedita da Silva disse que o cres-

cente número de visitantes é a prova irrefutável do sucesso da 8ª Bienal do Livro no Rio de Janeiro. Citando estatísticas do IBGE, ela afirmou que a oferta de empregos está diretamente relacionada com o nível de instrução e com a capacitação profissional. Ela informou que no período de 1995/1996 a oferta de empregos para os sem-instrução caiu 10,9%, enquanto cresceu 2,4% para os que têm o primeiro grau completo.



Arruda: papel histórico

Arruda lembra a atuação de Emival Caiado

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) lembrou ontem que a mudança da capital do país do Rio de Janeiro para Brasília começou a se concretizar com a aprovação, pelo Congresso Nacional, da chamada Lei Emival Caiado, que em seu artigo primeiro estabelecia que a capital do Brasil seria transferida em 21 de abril de 1960 para o Planalto Central.

Arruda ressaltou que exatamente há 41 anos, no dia 13 de agosto de 1956, o então deputado Emival Caiado (UDN-GO) fez, na Câmara dos Deputados, "o discurso histórico" que radiografava as razões que aconselhavam a transferência da capital do Brasil para o Planalto Central.

Suplicy pede retorno de Vitor Buaiç ao PT

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apelou ontem ao seu partido para que sejam criadas condições favoráveis ao retorno do governador Vitor Buaiç, do Espírito Santo. "Eu gostaria que Vitor Buaiç voltasse ao seio do partido que ajudou a formar nos últimos 17 anos", disse.

Suplicy definiu o afastamento de Buaiç como doloroso e lembrou as dificuldades enfrentadas pelo partido para chegar a esse desfecho, dado o reconhecimento da probidade, ética e dignidade com que o governador sempre se conduziu. Ele traçou um perfil da militância de Buaiç no PT, dizendo que o governador começou a se destacar no partido quando ainda era presidente do Sindicato dos Médicos no Espírito Santo.

Otoniel teme caos nos municípios

O senador Otoniel Machado (PMDB-GO) alertou o governo sobre a grave crise financeira que disse atingir os municípios brasileiros, pedindo aos parlamentares a busca de medidas simples e imediatas para corrigir a "situação de penúria insustentável" em que se encontram essas cidades.

Ele registrou reunião realizada terça-feira por prefeitos goianos para chamar a atenção para a crise que enfrentam. Para Otoniel, a mobilização "pretende ser a semente de uma empreitada nacional, com vistas a sensibilizar os poderes constituídos".

Trata-se de um movimento que, na realidade, expressa um clamor nacional. Mais do que nunca os prefeitos estão conscientes de que, sem a tomada de posição por parte das autoridades, os municípios podem caminhar, sem exageros, na perspectiva do caos financeiro - ob-



Otoniel: situação insustentável servou.

Os prefeitos pedem medidas que propiciem, além da redução de gastos e do aumento das receitas públicas, a eliminação dos entraves burocráticos, como também providências que assegurem a recuperação das perdas com a prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal.

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO), no exercício da presidência dos trabalhos, manifestou apoio ao senador Otoniel Machado.

Em cada 16 cidadãos que usam armas para se defender em assaltos, 15 acabam mortos ou feridos, segundo o senador

Tuma aplaude campanha paulista pelo desarmamento

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) elogiou ontem a campanha para o desarmamento da população que está sendo promovida por estudantes paulistas. Ele entende que a iniciativa merece o apoio da sociedade e, especialmente, do Senado, que recentemente aprovou projeto que torna crime o porte e o uso não autorizados de armas.

Tuma disse que pesquisas oficiais indicam que 70% das mortes de jovens entre 16 e 24, no Brasil, são resultantes de homicídios praticados com armas de fogo. Além disso, conforme explicou, em cada 16 pessoas que usam armas de

fogo para se defender de assaltos, 15 acabam mortas ou feridas.

O senador disse esperar que o exemplo dos estudantes paulistas se irradie para outros grandes centros urbanos, onde o problema do uso indiscriminado de armas de fogo encontra suas vítimas quase todos os dias. A propósito, ele destacou que o "fenômeno da bala perdida" se generalizou a tal ponto que as pessoas saem de casa e não sabem se voltarão incólumes.

Em nada nos orgulha o tentador o título de líder de casos de mortes por armas de fogo entre os 46 países investigados



Tuma: bala perdida já é rotina

por uma pesquisa da ONU, divulgada em maio deste ano. Segundo a pesquisa, aconteceram 26,97 mortes para 100 mil pessoas por ano no Brasil - afirmou.

Requião denuncia boicote ao "Alerta Vermelho, Paraná"

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) atribuiu aos gastos do governo paranaense com publicidade o silêncio da imprensa estadual em relação ao documento "Alerta Vermelho, Paraná", assinado por ele e por toda a bancada peemedebista na Câmara dos Deputados e na Assembleia Legislativa. "Cem milhões de reais gastos em 1996 com divulgação e propaganda, e ninguém publicou nada sobre esse documento no Paraná", reclamou ele.

O documento analisa o balanço geral de 1996 do governo do estado, assim como os demonstrativos financeiros de 1997, e segundo Requião colocam o Paraná em "alerta vermelho", visto que "ou se contém a desordem administrativo-financeira ou o Paraná se transformará em uma nova Alagoas". Ao anunciar o documento, ele explicou que a principal obrigação dos parlamentares de oposição é fiscalizar o governo, apoiando-o quando agir corretamente e chamando a atenção da popu-



Requião: governador anuncia muito

lação quando estiver errado. Requião disse que, em um ano, o governo de Jayme Lerner gastou 13 vezes mais que o anterior no mesmo período. Com saúde, ele informou que o governo paranaense gastou R\$ 103 milhões, incluindo despesas com pessoal. "Ou seja, gastou com os 8,7 milhões de habitantes do Paraná apenas R\$ 3 milhões a mais do que em propaganda."

O senador também explicou que os R\$ 100 milhões gastos em propaganda pagariam 27 mil quilômetros de readequação de estradas rurais, ou 25 mil casas populares, ou 10 mil carros populares. Poderiam também,

prosseguir o senador, alavancar R\$ 1 bilhão para o financiamento de 100 mil pequenos agricultores.

Requião afirmou que o Paraná tem R\$ 0,58 para cada R\$ 1,00 de dívida, estando "portanto à beira da insolvência". Além disso, depois de a Assembleia Legislativa autorizar a Companhia de Eletricidade a participar do capital de empresas privadas, o governo aumentou seu capital com a emissão de ações.

Para Requião, ao aumentar a capacidade de geração e distribuição de energia elétrica, o Paraná, na contramão da História, pode vir a associar-se com empresas privadas irrelevantes.

Enquanto isso, disse, 1.666 empresas fecharam por falta de apoio do governo. Apesar desse diagnóstico, a imprensa ignorou o "Alerta Vermelho, Paraná", daí por que decidiu divulgá-lo da tribuna do Senado a fim de que os senadores e o país dele tomassem conhecimento.

Maldaner pede atenção para risco de catástrofes

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) alertou a sociedade para o risco de catástrofes, enchentes e calamidades públicas que, durante certos períodos, trazem fome e morte a populações de algumas regiões brasileiras. Ele lembrou que importantes institutos de pesquisa e meteorologia têm alertado para as graves consequências do fenômeno "El Niño", que deverá se repetir este ano, e defendeu uma política de defesa civil capaz de promover ações preventivas e socorro rápido às comunidades afetadas.

Na opinião de Maldaner, é imprescindível que a socieda-



Maldaner: perigo iminente

de tenha conhecimento destes fatos e que o Congresso e o Poder Executivo, unidos, desenvolvessem uma política séria de defesa civil em todo o país. Além disso, o senador quer a discussão no Mercosul, onde ações conjuntas podem ser implementadas.

Maldaner lembrou que apresentou no ano passado dois projetos sobre a questão. O primeiro prevê contribuições e doações a órgãos e fundos de defesa civil com abatimento no imposto de renda; o outro institui alterações na legislação sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas. "O poder público está sendo imprevidente nesta área", finalizou.